

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	PROCESSO ADMINISTRATIVO								
<b>DOCENTE</b>	JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR (Estágio de docência) e EDUARDO JORDÃO (Supervisão)								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE200	<b>SEMESTRE</b>	2022.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	O Direito Administrativo contemporâneo e a relevância do processo administrativo nos Estados democráticos de direito. Conceito, fundamentos, espécies, fases e direitos fundamentais processuais. Normas de processo administrativo e a sua realidade prática. A jurisprudência atual sobre o tema.								
<b>OBJETIVOS</b>	Demonstrar a importância da processualidade administrativa nas relações de empresas e pessoas físicas (inclusive os servidores públicos) com a Administração, incluindo as que envolvem as agências reguladoras; analisar os princípios e regras dos processos administrativos, com destaque para a esfera nacional/federal; e conhecer como os tribunais judiciais e administrativos têm aplicado a legislação.								
<b>METODOLOGIA</b>	A disciplina será ministrada mediante conjugação entre os saberes teórico e prático, com ênfase na estimulação ao pensar a partir de problemas, de forma a provocar o aluno a compreender e a buscar soluções para questões reais enfrentadas por quem participa de processos administrativos. Pretende-se, com a metodologia proposta, contribuir para o desenvolvimento da percepção crítica, com a valorização do diálogo e da reflexão. Para tanto serão aplicadas as seguintes técnicas: (i) aula expositiva; (ii) análises de casos (a partir de acórdãos); e (iii) discussões em grupo.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
		Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	12/08 - <b>Apresentação da disciplina: objetivos, metodologia, avaliação e bibliografia. Apresentação do Professor e dos alunos.</b>								
2	19/08 - <b>A processualidade no direito administrativo contemporâneo. Conceitos introdutórios. Processo e Procedimento. Classificação dos processos administrativos. Finalidades do processo administrativo. Constituição de 1988 e direitos fundamentais no processo administrativo.</b>  <b>Bibliografia:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MEDAUAR, Odete. <b>A processualidade no direito administrativo</b>. 3.ed. São Paulo: RT, 2021, p. 17-27; 35-70 e 80-88.</li> <li>• NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018, p. 80-83 e 101-102.</li> </ul>								
3	26/08 - <b>Competência legislativa em matéria de processo administrativo. Competências federal, estadual, distrital e municipal. A subsidiariedade das normas federais. Lei Federal de Processo Administrativo. Disposições gerais da Lei nº 9.784/99.</b>  <b>Bibliografia:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 117-133</li> </ul>								

	<ul style="list-style-type: none"> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 43-49, 83-86 e 199-215.</li> <li>MEDAUAR, Odete. <b>A processualidade no direito administrativo</b>. 3.ed. São Paulo: RT, 2021, p. 271-285.</li> </ul>	
4	<p>02/09 - <b>Princípios do processo administrativo. Critérios de observância obrigatória pelo administrador. Disposições finais da Lei nº 9.784/99.</b></p> <p><b>Bibliografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 45-65 e 355-365</li> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018, p. 90-121 e 559-215.</li> <li>MEDAUAR, Odete. <b>A processualidade no direito administrativo</b>. 3.ed. São Paulo: RT, 2021, p. 111-159.</li> </ul>	
5	<p>09/09 - <b>Direitos e deveres dos administrados perante a Administração. Interessados no processo administrativo. Competência para o processo administrativo.</b></p> <p><b>Bibliografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2013, p. 77-92 e 105-121.</li> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018, p. 125-147 e 167-197.</li> </ul>	
6	<p>16/09 - <b>Impedimento e suspeição. Forma, tempo e lugar dos atos do processo. Comunicação dos atos. Instrução. Dever de decidir em prazo certo. A motivação dos atos no processo administrativo.</b></p> <p><b>Bibliografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018, p. 137-234.</li> <li>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2013, p. 77-92 e 105-121.</li> </ul>	
7	<ul style="list-style-type: none"> <li>28 a 30 de setembro e 3, 6 e 7 de outubro P1</li> </ul>	
8	<p>21/10 - <b>Aspectos processuais da anulação, da revogação e da convalidação de atos administrativos.</b></p> <p><b>Bibliografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 263-284.</li> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 423-440.</li> </ul>	
9	<p>28/10 - <b>Recurso administrativo</b></p> <p><b>Bibliografia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 287-319.</li> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 443-458.</li> </ul>	
10	<p>04/11 - <b>Pedido de reconsideração. Revisão administrativa. Prazos e sanções.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2013, p. 320-353.</li> <li>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 506-557.</li> </ul>	
11	11/11 - <b>O processo administrativo nas principais agências reguladoras brasileiras.</b>	
12	18/11 - <b>Lei de Processo Administrativo do Rio de Janeiro. Análise comparativa com a Lei Federal</b>	
13	25/11 - <b>Revisão para a prova</b>	
14	29 a 30 de novembro e 1 a 5 de dezembro - <b>P2</b>	
15	07-09/12 - <b>2ª chamada</b>	
TRILHA	X	Advocacia Empresarial
	X	Carreiras Públicas
	X	Regulação
		Justiça e Sociedade

	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p>Serão 3 avaliações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• P1: prova presencial e não identificada.</li> <li>• P2: trabalho com temas (matéria dada em sala de aula) para dissertação (com escalonamento de acertos). Envio pelo eclass</li> <li>• Prova final: online.</li> </ul> <p>Os critérios de avaliação consistirão em: enfrentamento dos pontos relevantes relacionados ao objeto da questão; fundamentação para cada parte da resposta; lógica e coerência textual; e bom uso do vernáculo.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Processo administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.1.1999</b>. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>MEDAUAR, Odete. <b>A processualidade no direito administrativo</b>. 2.ed. São Paulo: RT, 2008.</p> <p>NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA Thiago. <b>Processo administrativo: Lei 9.784/99 comentada</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>BARROS, Wellington Pacheco. <b>Curso de processo administrativo</b>. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.</p> <p>FERRAZ, Sérgio. DALLARI, Adilson Abreu. <b>Processo administrativo</b>, 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. (PDF)</p> <p>GUERRA, Sérgio; SAMPAIO, Patrícia. (Org.). <b>Processo Administrativo nas Agências Reguladoras: uma proposta de disciplina legislativa</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.</p> <p>MOREIRA, Egon Bockmann. <b>Processo administrativo: princípios constitucionais, a Lei 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015</b>. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2017.</p> <p>VORONOFF, Alice. <b>Direito administrativo sancionador no Brasil</b>. Belo Horizonte: Fórum, 2018.</p>